



Declaração do Comité da Presidência da IAJ

A Associação Internacional de Juízes é a maior associação internacional de organizações nacionais de juízes, que reúne 92 associações de todo o mundo.

O principal objetivo da nossa organização é proteger e promover a independência do poder judicial e de todos os juízes nacionais ou internacionais, porque sem juízes independentes não pode haver democracia nem Estado regido pela lei.

Como Conselho Diretivo da nossa associação, é nosso dever alertar não só os nossos membros, mas também a sociedade em geral, sobre o curso dos acontecimentos e ações que põem em perigo os princípios sobre os quais as nossas sociedades foram construídas após a Segunda Guerra Mundial e após a queda do Muro de Berlim.

Recentemente, em todo o mundo, assistimos a ações e tentativas infelizes de ameaçar os juízes - a nível nacional e internacional - e de restringir e ignorar o papel dos juízes, o que inevitavelmente afetará também todos e cada um dos cidadãos numa sociedade civilizada. A ação mais recente e séria foi que os juízes do Tribunal Penal Internacional (TPI) estão ameaçados com sanções, incluindo o bloqueio de propriedade e a proibição de vistos. O TPI foi criado por 125 nações através do Tratado Internacional denominado «Estatuto de Roma». Nos termos deste Estatuto, todos os Estados Partes têm a obrigação de cooperar plenamente com o TPI na sua investigação e repressão de crimes ao abrigo do Estatuto de Roma. O TPI é a pedra angular da arquitetura da justiça internacional, criada para evitar atrocidades que chocam profundamente a consciência de cada ser humano e que às vezes estão além da imaginação humana.

Tais sanções enfraquecem perigosamente a arquitetura da justiça internacional no seu conjunto e constituem uma ameaça à proteção dos direitos humanos por parte dos juízes em todo o mundo.

Para concluir,

A base de uma sociedade democrática é o Estado de Direito, o que não significa simplesmente governar por uma maioria, mas uma maioria que faz tudo o que a Constituição permite e exige para proteger os direitos dos cidadãos.

Por estas razões, apelamos aos nossos colegas não só para que promovam e salvaguardem estes princípios, mas também para que expliquem aos cidadãos que são guardiões do Estado de direito como a única garantia de que os seus direitos e os direitos da sociedade serão protegidos. Roma, 18 de fevereiro de²⁰²⁵.